

(Minuta)

ATA REUNIÃO CONSELHO MUNICIPAL DE POLITICA URBANA - COMPUR
24 de junho de 2021 – reunião virtual pelo zoom -16:00hs

Estiveram presentes 65 pessoas. Infelizmente da lista de presença gerada automaticamente pelo aplicativo zoom não constou a entidade representada, de forma que não possível identificar todas as entidades e órgãos participantes. Das entidades da sociedade civil estiveram presentes: FAM RIO, CAU RJ, IAB RJ, FAFERJ, SENGE RJ, ASBEA RJ, Entre os órgãos presentes: SMPU, IRPH, IPP, SMAC, PGM. Caso o nome da entidade ou órgão não apareça aqui solicita-se que seja informado para o e-mail eugenialoureiro.arquiteta@gmail.com, indicando a entidade ou órgão e o nome do participante.

Na última reunião do COMPUR, realizada no dia 10 de junho, ficou acertado que uma versão preliminar do texto do Plano Diretor seria enviada até o dia 22 para os membros do Conselho para uma primeira rodada de discussão nesta reunião. Valéria Hazam coordenadora do Plano Diretor abriu a reunião informando que faria uma apresentação geral sobre o texto no estágio em que se encontrava e sua estrutura, uma vez que ainda não havia sido concluída a minuta.

Sonia Rabello da FAM RIO fez uma questão prévia inicial no sentido de que essa apresentação geral do texto do PD não poderia ser considerada formalmente uma discussão do texto do PD no COMPUR e que precisaria haver uma discussão com a versão completa.

Em seguida pelo chat na qualidade de membro do COMPUR, o CAU/RJ fez a seguinte proposta de cronograma para revisão do Plano Diretor para apreciação do conselho:

- Etapa 1: Envio de minuta do PL aos participantes do GTs para realização de 3 reuniões em 3 semanas;
- Etapa 2: Realização 6 audiências públicas ao longo de 3 semanas para discutir cada título do Plano Diretor;
- Etapa 3: 3 reuniões COMPUR ao longo de 3 semanas com envio prévio do documento;
- Etapa 4: Envio da minuta à Câmara ;

Ao final da reunião a proposta foi aprovada como recomendação do COMPUR para a forma como deve se dar a devolutiva às discussões que aconteceram nos Grupos de Trabalho, Audiências Públicas e no Conselho.

Valéria Hazam fez então a apresentação do texto no estágio em que se encontra e em seguida foram abertas as inscrições. A discussão ficou mais concentrada na estrutura proposta do texto que diverge da estrutura do atual Plano Diretor, ao iniciar pelos Princípios, Diretrizes e Políticas Setoriais, dar seguimento com Gestão Democrática (sistemas, conselhos e fundos), prosseguir com os Instrumentos da Política Urbana e, fazendo assim, deixando para o final a Ordenação do Território, a LUOS e o Parcelamento da Terra. Também foi motivo de discussão o fato da Lei de Uso e Ocupação do Solo ter seu texto incorporado ao do Plano Diretor. Foram discutidos prós e contras desse arranjo.

Rose Compans (CAU RJ)

Reconheceu o trabalho dos técnicos, parabenizou a todos, mas avisou que iria discordar. Começou falando sobre a importância da política urbana propriamente dita, objeto do Plano Diretor, parecer vir em segundo plano, uma vez que o texto inicia pelas políticas setoriais, não necessariamente objeto da política urbana. Avaliou que instrumentos, planos e propostas servem para materializar o ordenamento territorial da cidade que queremos. Observou ainda a quantidade de artigos e que

somada à inversão comentada podem dificultar muito a compreensão, uma vez que as coisas mais importantes acabaram ficando para o final. Criticou ainda a incorporação da LUOS no texto e concluiu dizendo que seria aconselhável repensar a inversão proposta.

Alex Magalhães (prof. do IPPUR)

Informou que a participação do prof. Pedro Abramo em uma das audiências públicas temáticas não se deu em nome do IPPUR, uma vez que o IPPUR não participou do processo de discussão do Plano Diretor organizado pela Prefeitura.

Marco Barbosa (SENGE RJ)

Parabenizou toda a equipe técnica da Prefeitura pelo trabalho apresentado comentando o que já tinha sido apontado inicialmente que o tempo era realmente muito pouco. Observou que o Secretário Fajardo na audiência pública da AP 5 prometeu novas audiências e isso é importante. Também criticou a quantidade de artigos e que muitos artigos comprometem uma compreensão mais ampla. E apresentou a proposta de usar o mês de julho (de recesso na Câmara) para discutir com a população.

Depois via chat apresentou a proposta de criar uma comissão de sistematização entre a prefeitura e a sociedade civil, com o objetivo de estabelecer um texto enxuto e corrente, facilitando o andamento da proposta do PD na Câmara.

Lucas Faulhaber (IAB RJ)

Comentou que tentou pescar algumas coisas durante a apresentação geral do texto e reforçou a proposta de audiências públicas por título. Do que conseguiu pescar criticou os parâmetros por Área de Planejamento e os anexos com coeficientes máximos e mínimos. E a necessidade de mais debate sobre o Macrozoneamento e o Mesozoneamento uma vez que parece que estão de alguma forma dissociados.

Eduardo Novais (FAFERJ)

Pidiu desculpas pela entrada tardia da entidade na discussão. Mas se comprometeu em buscar transmitir todo esse conhecimento técnico e dinâmica para uma população carente e que vive distante desses temas. E fazer um esforço para motivar a população para essa discussão.

Luis Roberto da Mata (PGM)

Colocou a questão sobre fazer REURB ou não. Se for fazer um dos objetivos é legalizar independente da urbanização. Defendeu que a LUOS e o Parcelamento sejam feitos junto com o plano diretor no intuito de modernizar toda a legislação, uma vez que essas são da década de 70. Comentou ainda que o coeficiente básico igual a um vai ser uma mudança grande e será um confronto de ideias na Câmara.

Henrique Barandier (IAB RJ)

Fez considerações sobre forma que foi o que deu para ver na apresentação. Considerou importante PD, LUOS e Parcelamento ao mesmo tempo como um conjunto coerente frente a uma fragmentação na Câmara. Ainda que tudo junto pode acabar ficando um texto muito grande. Ordenamento territorial deve vir na frente. Como os Instrumentos podem vir antes? Concorda com o exposto por Rose Compans. Sobre as diretrizes temáticas e setoriais devem ser seletivas uma vez que o plano diretor não precisa falar sobre tudo.

Nesse momento abriu-se espaço para as considerações de Valéria Hazam - Coordenadora Plano Diretor, que tinha feito a apresentação

Valéria Hazam (SMPU)

Observou que tentou ser objetiva. E que o PD de BH tem 403 artigos e a mesma estrutura. Uma

possibilidade considerada foi a parte das políticas setoriais virem como Anexo. Pensa em não fazer mais as inversões. Defendeu Parcelamento e LUOS na mesma lei e comentou sobre as iniciativas passadas de encaminhar em separado e que não deram certo, da mesma forma que a iniciativa de inúmeros PLs que não aconteceram.

Depois dos comentários da coordenadora do plano diretor foram retomadas as intervenções.

Rose Compans (CAU RJ)

Retomou a proposta apresentada pelo CAU RJ de cronograma para realização de devolutiva. Propôs audiências por título como por exemplo começar pelo Grupo 1 cujo texto já está pronto. 200 artigos para as políticas setoriais é muita coisa. Sugeriu que fossem liberados os textos conforme fossem ficando prontos.

Luciana Ximenes (UFF?)

Observou que queria entender melhor as propostas de ZEIS e AEIS. Precisaria ver o documento. Como fazer legalização sem urbanização.

Sonia Rabello (FAM RIO)

Registrhou os cumprimentos a toda a equipe da Prefeitura e considerou surpreendente o esforço e o produto. Segundo seminário do INSPER (?) a recomendação é a de incluir Parcelamento e LUOS no plano diretor. Defendeu essa posição. Comentou que em todas as enquetes e audiências o que foi mais exigido foram serviços públicos, segurança, mobilidade e até iluminação pública. Observou que existe uma compreensão de que diretrizes genéricas não têm utilidade legal.

Sandra Sayão (ASBEA RJ)

Também parabenizou a equipe técnica e defendeu o formato da legislação de BH onde se encontra tudo em um mesmo lugar. Da mesma forma que a versão ilustrada graficamente essencial para os profissionais.

Lucas Faulhaber (CAU RJ)

Insistiu na questão de que as Mesozonas precisam ter coerência com as Macrozonas dispostas em um nível acima.

Roberto da Mata (PGM)

Reiterou a questão da titulação como forma de conferir maior agilidade com ou sem urbanização. O que não impediria a elaboração de planos de urbanização.

Pelo chat Sonia Rabello observou que em recente seminário de 4 semanas do MP sobre a REURB identificou-se que, no Brasil, a maioria das áreas tituladas foram repassadas a terceiros muito antes de qualquer urbanização. É a capitalização do lote antes dele ser cidade.

Valéria e Eugênia ao final buscaram esclarecer a demanda de informação sobre AEIS e ZEIS, dizendo que a primeira é instrumento da política habitacional e a segunda uma questão do planejamento e do zoneamento, de reconhecimento dessas comunidades, e que as duas poderiam coexistir querendo dizer que as AEIS continuam.

Ao final o Secretário Fajardo fez uso da palavra e agradeceu aos técnicos e as contribuições dos membros do Conselho.